


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0001639-24.2009.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Jailton Gomes Pereira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Letícia Lemos Rossi

Vistos.

Jailton Gomes Pereira, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 306, c.c. o artigo 298, incisos I e II, ambos da Lei nº 9.503/97, porque no dia 05 de outubro de 2008, por volta de 16 horas, na Rua Deolindo Milori, nº 342, neste município e comarca, conduziu o ônibus Mercedes Benz/OF 1618, ano 1992, placa BWO 0373 – São Carlos, na via pública, sem possuir carteira de habilitação, estando com concentração de álcool por litro de sangue superior a 6 (seis) decigramas, gerando grande risco de grave dano patrimonial a terceiros.

A denúncia, fundada no inquérito policial, foi recebida em 21 de dezembro de 2010.

Infrutíferas as tentativas de localização do réu, procedeu-se a citação por edital (fls.114/115), sendo determinada a suspensão do processo e do fluxo prescricional, nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal e a produção antecipada de provas.

No curso da instrução, o réu foi localizado e citado (fls. 206 – v), sendo revogada a suspensão processual (fls. 210/211).

Durante a instrução criminal foram ouvidas três testemunhas de acusação e uma testemunha comum, deprecando-se o interrogatório.

Em alegações finais, o ilustre Representante do Ministério Público, à vista da prova produzida, requereu a condenação do acusado, nos termos da denúncia, aguardando-se que a ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis fosse considerada para a fixação da pena-base no mínimo legal, possibilitando-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Pugnou, por fim, a anotação do regime aberto em caso de conversão (fls. 290/291).

Já o ilustre Defensor pleiteou pela total improcedência da ação tendo em vista a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva, a ilicitude das provas produzidas e a inconstitucionalidade do crime de perigo abstrato (fls. 297/299).

Em síntese, o **RELATÓRIO**.
DECIDO.

De início, afasto a alegação de prescrição da pretensão punitiva, pois tratando-se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

de crime cuja pena máxima é de 3 (três) anos sujeito ao prazo prescricional de 08 (oito) anos, na forma do artigo 109, IV, do Código Penal.

No mérito, é indubitosa a materialidade do delito à vista do que contido no exame de dosagem alcoólica encartado as fls. 18, revelando concentração de álcool por litro de sangue superior ao legalmente permitido (concentração 2,37g/l).

A autoria também ficou suficientemente evidenciada.

Ouvido em juízo, o acusado confirmou que era o condutor do veículo e que não possui habilitação à época do fato, negando, entretanto, que tivesse consumido bebida alcoólica. Declarou que o acidente se deu pelo fato de um veículo ter “fechado” o ônibus conduzido por ele.

Por parte do policial Rodrigo Garcia foi dito que o condutor não era habilitado e apresentava sinais notório de embriaguez, razão pela qual foi conduzido à delegacia para providências. O acusado conduzia o veículo de uma empresa “Matra” e com o acidente o muro da residência ficou tombado.

Já a testemunha Amadeu disse que o ônibus subiu na calçada a 15 metros de sua casa, relatando que o acusado acelerava o ônibus quando pediu para ele parar. Nessa hora chamaram a polícia. Com o acidente, toda a calçada foi danificada e um engenheiro da firma foi lá e pagou pelo conserto. Como era pedreiro, reparou o dano e foi indenizada por isso.

A testemunha Renato confirmou que residia no fundo da casa de Amadeu que é seu sogro e estava presente no momento do acidente. Afirmou que o ônibus ficou preso no beiral da garagem, danificando-o, assim como a calçada, que ficou toda destruída. O muro não foi atingido. Em decorrência do ocorrido, o acusado tentou sair com o ônibus e pediu para ele parar. Relatou que o réu contou que um rapaz de moto o fechou e ele não conseguiu virar subindo na calçada. Não sabe quanto ficou o prejuízo.

Por fim, a testemunha João Benedito trabalho na mesma empresa onde o réu trabalhava e que não estava no dia dos fatos. Como o acusado pegou o ônibus sem autorização da empresa foi demitido por isso.

A negativa do acusado ficou isolada no conjunto probatório não sendo suficiente para infirmar o resultado do laudo pericial de fls. 18. Ademais, o depoimento do policial ouvido em juízo foi contundente ao afirmar que o acusado apresentava sinais de embriaguez, o que motivou a sua condição à delegacia.

Não há que se falar em inconstitucionalidade do crime de perigo abstrato, pois a criação desses tipos penais é opção legislativa que visa coibir condutas de maior potencialidade lesiva, dotadas de intensa capacidade de gerar elevados danos à coletividade. Nesse sentido, preocupou-se o legislador em adiantar-se à ocorrência da lesão, do dano efeito, em caráter nitidamente preventivo.

Por fim, sendo certo que o acusado não possuía habilitação bem como que gerou grave risco de dano a terceiros, posto que após o acidente que destruiu a calçada e beiral da garagem da residência, ainda ficou acelerando o veículo na tentativa de deixar o local, podendo agravar o dano. Dessa forma, devem ser reconhecidas as agravantes articuladas na denúncia.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Ibaté
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Isto considerado, incontornável a prolação de decreto condenatório.

Passo à dosagem da pena.

O acusado é primário. Assim, considerando o disposto no artigo 59 do Código Penal, devida a fixação da pena-base no mínimo legal de 6 (seis) meses de detenção e pagamento de 10 (dez) dias-multa.

Presente as agravantes dos incisos I e III do artigo 298 da Lei nº 9503/97, a pena deve ser agravada em 1/6 para cada causa, perfazendo ao final 08 (oito) meses e 5 (cinco) dias de detenção e pagamento de 12 (doze) dias-multa, no valor unitário mínimo.

Presentes os requisitos autorizadores e considerando ser socialmente recomendável, possível a substituição da pena privativa de liberdade por uma restritiva de direito consistente em multa de 12 (doze) dias-multa, igualmente no valor unitário mínimo.

Em caso de conversão, o regime inicial deve ser o aberto (artigo 33, §2º, "c", do CP).

Ante o exposto e o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão acusatória e, com fundamento no artigo 306, "caput", da Lei 9503/97, **CONDENO** o acusado **JAILTON GOMES PEREIRA** ao pagamento de 12 (doze) dias-multa, no valor unitário mínimo.

Oportunamente, promova-se o registro da condenação definitiva do acusado no sistema informatizado da serventia, comunicando-se o Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (I.I.R.G.D.).

O réu é isento de custas por estar assistido pelo convênio da OAB-SP. Arbitro os honorários da Defesa nomeada em 100% da tabela, nos termos do Convênio Defensoria Pública/OAB-SP. Expeça-se certidão.

PRIC

Ibate, 23 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**